



CONSTANÇA DA SICÍLIA: IMPERATRIX ET REGINA

Prof. Dr. Vinicius Cesar Dreger de Araujo¹¹⁰

Resumo: Constança de Hauteville, última representante da estirpe dos reis normandos da Sicília, talvez tenha sido a mulher mais importante da Europa Ocidental em fins do século XII. E sobre ela, assim como sobre a maioria de suas antecessoras e contemporâneas, pouco conhecemos. Objetivamos neste artigo resgatar um pouco mais acerca desta personagem histórica, analisar seu contexto e investigar as possibilidades de produção de uma biografia mais substancial.

Palavras-chave: Sacro Império Romano - Reino Normando da Sicília – Constança da Sicília

Abstract: Constance of Hauteville, as the last representative of the dynasty of the Norman kings of Sicily, was maybe the most important woman of Western Europe in late twelfth century. And about her, as on most of her predecessors and contemporaries, we know little. Our objectives in this paper are rescue more about this historical character, examine its context and investigate the possibility of producing a more substantial biography.

Keywords: Holy Roman Empire – Norman Kingdom of Sicily – Constance of Sicily

¹¹⁰ Professor doutor, atua no Centro Universitário Anhanguera – Pós-graduação em Santo André e Osasco. Email: viniciusdreger@hotmail.com

“Este é o esplendor da grande Constança, que, Do segundo dos imperadores Suábios, Engendrou aquele que foi seu terceiro e final poder”.

Dante Alighieri, *A Divina Comédia*, “Paraíso”, Canto III, versos 118-120.

Introdução

Constança de Hauteville, última representante da estirpe dos reis normandos da Sicília, talvez tenha sido a mulher mais importante da Europa Ocidental em fins do século XII. Sobre ela aguardavam em suspense os destinos de quatro reinos e cinco coroas (Germânia, Borgonha, Itália, Sicília e a coroa imperial), mais ou menos resolvidos a 26 de Dezembro de 1194, com o nascimento de Frederico Roger (homenageando os dois poderosos progenitores), o futuro imperador Frederico II, *Stupor mundi et immutator mirabilis*.

Porém, esta filha, meio-irmã, tia, nora, esposa e mãe de monarcas, assim como suas antecessoras e contemporâneas, é pouquíssimo conhecida, com apenas alguns vestígios sendo encontrados na documentação do período. Conseqüentemente, isso gerou pequena produção historiográfica a ela dedicada.

Constança foi ofuscada na memória histórica tanto pelo posicionamento misógino dos autores do período que pouca importância deram ao papel da maioria das mulheres, quanto pelo papel dos monarcas com quem esteve ligada por conexões sanguíneas e matrimoniais. Contudo, ela, além de imperatriz consorte e rainha regente da Sicília, era rainha por direito próprio, além de hábil governante, pelo que se pôde constatar de seus quatro anos no trono siciliano.

As circunstâncias históricas, temperadas pelas características itinerantes da monarquia imperial germânica, transformaram Constança em uma consumada viajante (*viatrix*), palmilhando continuamente as estradas italianas, borgonhesas, germânicas e sicilianas, que ligavam as posses do fisco régio, as principais sés episcopais germânicas e borgonhesas, as

idades lombardas e toscanas, além de duas expedições militares contra o reino normando, para garantir a conquista do mesmo em 1191 e 1194.

Objetivamos neste texto resgatar um pouco mais acerca desta personagem histórica, através de nossas principais fontes documentais: o *Liber ad Honorem Augusti* (Codex 120 II, Burgerbibliothek Bern) de Petrus de Ebulo, as crônicas de Ricardo de San Germano (principal testemunho do domínio Hohenstaufen sobre a Sicília) e a *Crônica de Hainaut* de Gislebert de Mons (um dos cronistas melhor informados de fins do século XII). Também utilizaremos informações extraídas dos diplomas emitidos por Constança reunidos em volume próprio da *Monumenta Germaniae Historica* e da *Regesta Imperii* relativa a Henrique VI, que mapeia o percurso e os acompanhantes do imperador de acordo com os documentos do período.

Constança de Hauteville e o noivado com Henrique VI de Hohenstaufen

Constança foi a filha póstuma de Roger II da Sicília com sua terceira esposa, Beatriz de Rethel, e pouco se sabe sobre ela antes de seu noivado com Henrique VI. Petrus de Ebulo dedicou uma página ilustrada a vida pregressa de Constança, na qual ele representa apenas o encontro entre seus pais, Roger II e Beatriz de Rethel, ela recém-nascida nos braços da mãe ao lado do leito de morte paterno, depois Constança noivando e casando com Henrique VI. Basicamente nada se sabe ao certo sobre sua vida entre seu nascimento e seu noivado. Ela era uma verdadeira presença fantasma na corte siciliana.

Henrique nasceu em 1165 e desde os quatro anos de idade era rei coroado da Germânia e sucessor nomeado por seu pai; contava com 19 anos quando do noivado. Constança nasceu após o falecimento de seu pai, o rei Roger II, a 26 de Fevereiro de 1154 e assim tinha trinta anos de idade quando foi prometida a Henrique.

A diferença de idade entre os noivos, em si, não era estranha. Todavia, incomum era o fato de que a noiva fosse uma mulher madura que, de acordo com os registros da época, não foi nem casada, nem noiva de quem quer que fosse, não tomou o véu ou mesmo teve algum caso amoroso. A falta de ligações amorosas de Constança é ainda mais surpreendente quando se leva em consideração que o casamento de seu sobrinho Guilherme II e Joana

Plantageneta¹¹¹, celebrado em 1177, permaneceu estéril e nesta fase de vigor declinante da dinastia dos Hauteville, o casamento de Constança se tornou um tema ainda mais importante, já que assim ela era a única descendente legítima restante da dinastia Hauteville e única herdeira do trono siciliano.



Imagem 1: O passado de Constança (*Codex 120 II*, Burgerbibliothek Bern, 96r, p. 39)

Enquanto não houve perigo direto para a sobrevivência da dinastia normanda, não havia necessidade ou pressa para o casamento de Constança. Quando seu irmão Guilherme I morreu em 1166, Constança tinha doze anos e seu sucessor Guilherme II, tinha a mesma idade. Entre 1167 e 1177 houve uma busca incesante por uma noiva para o jovem rei (duas

¹¹¹ Joana não era a parceira estéril deste matrimônio. Em 1197 ela travou segundas núpcias com Raymond VI, Conde de Toulouse e faleceu no parto em 1199.

tratativas com Bizâncio, duas com a Inglaterra e uma com o Império), mas não houve nenhuma negociação matrimonial que envolvesse Constança.

Por que realizar uma união dinástica com o Império? Havia alguma ameaça ao reino normando que exigisse tal passo?

As principais ameaças externas potenciais ao reino eram o Papado, o Império Bizantino e o próprio Império Germânico. Desde 1156 as relações entre a Cúria Papal e o reino siciliano eram amigáveis e vigorava uma aliança contra Frederico Barbarossa, sendo que o ouro normando subvencionou as forças papais de Alexandre III contra o imperador Frederico. Portanto, não existiam ameaças provenientes desta direção.

Por outro lado, a inimizade com o império Bizantino provinha do nascimento do reino, já que os normandos conquistaram dos bizantinos o sul da Itália, além de sustentar um estado constante de conflitos com Bizâncio por todo o século XII. Após a morte do imperador Manuel I Comneno em 1181, o império oriental caiu em lutas civis entre os partidários de Alexius II e Andrônico I. O crescente enfraquecimento do Império Bizantino, incentivou a expansão siciliana no Mediterrâneo oriental e Guilherme II pode ter considerado a união entre Constança e Henrique VI como uma salvaguarda para a retaguarda normanda, já que planejava invadir o império oriental em 1185 (efetivamente o fez, tendo ocupado Tessalônica e Durazzo). Ademais, Frederico I e Henrique VI juraram solenemente na Paz de Veneza em agosto de 1177 a não realizar guerra de espécie alguma contra o reino siciliano durante os quinze anos seguintes, ou seja, só após 1192 é que poder-se-ia esperar alguma preocupação vinda da Germânia.

Assim, parece que não existiam ameaças externas ao Reino Normando da Sicília que justificassem uma união dinástica com o Sacro Império. Portanto, devem ser investigadas as razões internas ao reino para esta decisão.

Devemos crer que até 1184 Guilherme II tenha compreendido que seu casamento com Joana Plantageneta permaneceria infrutífero e decidiu-se pela união com os Hohenstaufen. A decisão de conceder sua tia em matrimônio ao herdeiro imperial levou em consideração o poder do futuro marido para garantir que Constança efetivamente assumisse o trono, mantendo-o nas mãos da dinastia Hauteville, já que durante a segunda metade do século XII houve um declínio considerável da autoridade dos monarcas palermitanos. Barões e eclesiásticos buscavam cada vez mais emancipar-se do controle régio, ao ponto de, em 1179, o papa Alexandre III exortar Guilherme II a manter a ordem em seu reino. Tal preocupação

procedia, como comprovado após o falecimento de Guilherme II em 1189. Menos de três semanas após sua morte, um usurpador, Tancredo de Lecce, primo bastardo em segundo grau do falecido rei, assumiu o trono siciliano.

Os cronistas Gislebert de Mons (GISLEBERT OF MONS, 2005: 39) e Ricardo de San Germano (RICCARDO DA SAN GERMANO, 1995: 25) confirmam que Guilherme II iniciou as negociações, mas é improvável que ele tenha se aproximado diretamente do imperador com esta proposta. A Paz de Veneza pôs fim à inimizade explícita entre o reino e o império, mas os dois poderes não mantinham relações próximas para assuntos tão delicados. Provavelmente este assunto deva ter sido conduzido através dos serviços da corte inglesa, comandada pelo sogro de Guilherme II, Henrique II Plantageneta.

Henrique II mantinha boas relações com a corte imperial, mesmo com o contratempo causado pelo conflito entre Frederico I e seu primo, o duque saxo-bávaro Henrique o Leão, outro genro de Henrique II (através de sua filha Matilde), já que o duque foi destituído de suas posses e exilado na corte inglesa em 1181.

Ricardo de San Germano afirma que Guilherme II discutiu o plano do casamento com o arcebispo Walter de Palermo (RICCARDO DA SAN GERMANO, 1995: 25) e este com seu amigo Pedro de Blois (que havia sido tutor de Guilherme II e neste momento era secretário de Henrique II). A correspondência entre ambos sugere que o arcebispo tenha aconselhado o rei a envolver o sogro nas negociações com a corte imperial. De fato, Henrique II enviou Henrique o Leão, ainda exilado, à famosa Dieta de Mainz, realizada no Pentecostes de 1184. Sua missão era oferecer uma aliança entre Inglaterra e Império contra a França e propor o casamento entre Constança da Sicília e Henrique VI, além de também requisitar o fim de seu exílio (que não foi concedido).

Em julho de 1184, o imperador enviou uma embaixada a Palermo. O processo foi continuado em setembro, com o encontro entre o imperador, o papa Lúcio III e uma embaixada inglesa em Verona. Os ingleses pediram ao papa que intercedesse com o imperador a favor do duque Henrique o Leão e o exortaram a apoiar a união Hohenstaufen-Hauteville. Por sua vez, os germânicos buscavam a coroação imperial de Henrique VI. A conferência foi bem sucedida em relação à aceitação do casamento pelo papa, mas não conseguiu a aprovação da coroação imperial de Henrique VI, que só veio a ocorrer em 1191. Henrique o Leão foi perdoado a 19 de outubro de 1184 e, finalmente, o anúncio do noivado ocorreu em Augsburg a 29 de outubro.

Esta união trouxe mudanças fundamentais para o balanço de poder entre os reinos europeus: as alianças do papado com o reino normando da Sicília, com as cidades lombardas e o reino da Inglaterra contra o Imperador Germânico, terminaram. Assim como a inimizade secular entre o Império ocidental e o reino siciliano. Por outro lado, esta união entre o Reino e o Império (*unio regni ad imperium*), agudizou mais as tensões crescentes entre os impérios ocidental e oriental, chegando mesmo às vias de fato durante a expedição de Frederico I durante a Terceira Cruzada.

Cultura política e a dinâmica de governo no Império e na Sicília:

O império medieval germânico, restabelecido no século X pelas proezas marciais de Otto I, era um aglomerado de províncias às quais faltavam as mínimas características de governabilidade de acordo com o modelo romano, do qual era, alegadamente, sucessor, já que a autoridade do império original havia sido, convenientemente, trasladada para o povo Franco sob Carlos Magno em 800 e reclamada em 962 por Otto para si mesmo e os Francos Orientais. Na prática o novo Império era um amálgama de senhorios seculares e imunidades eclesiásticas espalhados pelos territórios da Germânia e da Itália. Para ser mais específico, este império era uma frágil hegemonia militar criada pelas vitórias de Otto I sobre eslavos, magiares, italianos e seus próprios rivais germânicos. (ARNOLD, 1991: 02)

As principais características deste Império restaurado eram o lustro da conquista, o título imperial romano, o estilo sacro ou teocrático da monarquia, suportada por um extenso fisco imperial, pelas homenagens dos grandes e dos serviços da Igreja. Estes atributos não eram exatamente equivalentes a uma autoridade central efetiva sobre os estratos sociais e as províncias esparsas da Germânia Medieval, mas eram os instrumentos de governo disponíveis aos imperadores germânicos e, até meados do século XIII, foram razoavelmente eficientes.

O maior proprietário individual de terras na Germânia imperial medieval até o século XIV foi a coroa. Ela dispunha de centenas de senhorios com todas as vantagens e dificuldades experimentadas pelos senhores terratenentes. Contudo, o fato é que o monarca germânico possuía muitas cidades, senhorios, castelos, florestas, pedágios, minas e mosteiros com as

devidas advocacias e tribunais, que seus rendimentos pessoais e de seus oficiais deve ter sido muito alto. Em um levantamento parcial destas posses para 1240, aproximadamente 530 famílias de *ministeriais* com castelos próprios, serviam à coroa, sendo que seu escalão superior estava encarregado de administrar 120 cidades e 195 castelos imperiais. Havia também 120 mosteiros ou advocacias monásticas e aproximadamente 2900 senhorios ou locais onde direitos senhoriais eram exercidos.

Devemos recordar que estes recursos, somados ao patrimônio dinástico dos Hohenstaufen (concentrado na Alsácia, Francônia e Suábia), encontravam-se espalhados pela Germânia e isso, além do fato de que não havia uma burocracia centralizada para a administração do reino, fazia com que a autoridade imperial fosse sentida justamente através da perambulação por suas diversas regiões, o *iter*: a concessão de diplomas e privilégios, a realização da justiça, o consumo da produção do fisco régio, a cobrança do serviço devido pelos bispos, abades e vassalos imperiais, além da intimidação militar de possíveis rebeldes. Em suma, o exercício efetivo do poder na Germânia imperial se dava a partir a circulação constante da corte imperial entre a Germânia, a Itália Setentrional e a Borgonha.

Em contraste, Constança, até seu casamento, havia vivido imersa em um reino altamente organizado, convivendo com uma chancelaria trilingue, entre os funcionários triculturais da *Duana de secretis* (*Dîwan at-tahqîq al-ma'mur* ou *Méga sékretion*), localizada no palácio real de Palermo e acostumada a ver o monarca ser obedecido graças a seu efetivo poder, exercido por um corpo de juízes itinerantes e bailios régios, garantido por um fisco eficiente e bem abastecido, que pagava forças militares eficientes em terra e mar.

Ao perambular com Henrique VI e Frederico I pelas terras germânicas, italianas e borgonhesas do Império, Constança tomou contato com a natureza diferente do exercício de poder no Império, de sua natureza colaborativa (ao invés de coerciva) na qual um monarca, como o *Barbarossa* era poderoso justamente PORQUE era respeitado e suas decisões eram cumpridas devido ao consenso obtido ritualmente nas muitas dietas que promoviam o encontro entre o imperador e seus príncipes, além destes possuírem jurisdição legal para exercer a justiça em seus domínios. Ademais, os príncipes possuíam vastos senhorios e poder militar suficiente para a vigilância mútua, que muitas vezes degeneravam em conflito aberto, deve ter sido um choque considerável, já que tais realidades não eram comuns na Sicília. Não que ela não tivesse contato com o substrato feudal do *Regno*, mas este era relevante na península e não na

Sicília, onde ela passou toda sua vida até fins de 1185. Ainda assim, as relações entre a coroa e os vassallos peninsulares eram reguladas pela *Duana baronum* (*Sékretón tón apokopón*), departamento situado em Salerno.

Considerando os esforços empreendidos pela Chancelaria imperial em propagar a imagem do imperador como um monarca universal com poderes supremos (muitas vezes com considerável sucesso, haja visto o pânico dos barões ítalo-normandos quando do falecimento de Guilherme II, possivelmente ampliado pelos rumores da opressão imperial advindos das comunas lombardas e toscanas), a realidade deste poder era muito diferente.

Viajar: Teoria e Prática

É interessante notarmos que as constantes viagens pesentes na prática política do *iter* encaixavam-se plenamente em elementos da visão de mundo dos medievos que, ao contrário do senso comum, possuía um lugar muito especial para a mobilidade. As pessoas na Idade Média pensavam em si mesmas como *homines viatores*, peregrinos e viajantes, seus corpos caminhando com dificuldade pela vida, penitenciando-se para que pudessem salvar suas almas, mesmo quando não saíam de suas aldeias.

Mas eles viajavam também, defrontando-se com restrições e perigos. Bispos, monges e legados papais, estudantes e professores, peregrinos e cruzados, mercadores e soldados, poetas, malabaristas e músicos errantes – todos estavam em movimento infundável, indo e voltando nas grandes rotas do comércio europeu, muitas das quais seguiam as antigas estradas do Império Romano, que em vários lugares estavam arruinadas. Rios transbordando, pontes destruídas, lamaçais na primavera, chuvas torrenciais no outono, passos montanhosos bloqueados pela neve no inverno: estas eram as dificuldades diárias do viajante medieval.

As estações eram o fator primário para determinar quando alguém viajava, especialmente se tinha que se levar em consideração a passagem pela barreira definitiva: os Alpes. Os passos estavam abertos de fins de maio até meados de setembro.

Em circunstâncias normais, os Sacro Imperadores Romanos preferiam cruzar os Alpes pelos passos centrais que partiam do vale do Reno onde este divide a Suíça da Áustria: o Splügen, o Septimer e o Julier. Apesar dos perigos da lama, eles tinham que partir logo que os passos se abriam em maio, para poder realizar sua missão antes que novas nevascas bloqueassem sua rota de retorno no outono e, se estivessem rumando ao sul da Itália, para evitar a chegada do verão em agosto nos pântanos Palatinos entre Roma e Nápoles, onde

disenteria, tifo e malária haviam dizimado mais do que um exército germânico (como em 1155 e 1167, para mencionar apenas os casos mais recentes).

A situação política era outro fator a ser considerado na escolha de uma passagem: as cidades que guardavam o acesso aos passos e às hospedarias que ofereciam algum conforto aos viajantes, podiam ou não ser leais ao imperador. E a estrada poderia levar diretamente a território hostil. Este é o pano de fundo para a rotina de viagens instaurada na vida de Constança desde a sua saída de Palermo para a realização de sua união com Henrique VI.

Constança: de reclusa a viajante a reclusa novamente

A boda nupcial foi celebrada em Milão (símbolo da reconciliação entre esta cidade eo imperador), na Basílica de Santo Ambrósio, a 27 de janeiro de 1186. O casal régio dispendeu os vinte e um meses imediatamente posteriores ao seu matrimônio na estrada: uma estadia em Pavia (a partir de 11 de Fevereiro), depois indo a Turim (a 27 de Março), Borgo San Donnino, atual Fidenza (30 de Abril), depois rumando ao sul para Siena (30 de Maio) e Orvieto (30 de Junho ao menos até 6 de Julho). Avançando para o norte através da Úmbria até Gubbio (7-9 de agosto). Depois rumo oeste, onde realizaram uma dieta em San Miniato (28 de Agosto – 10 de Setembro), passam por Pisa (22 de Setembro), Prato (26 de Setembro), Bologna (6 de Outubro), Medicina (8 de Outubro), Ravena (16 de Outubro), Bertinoro (22 de Outubro), Cesena (25 de Outubro), Jesi (27 de Novembro a 3 de Dezembro), Ascoli Piceno (13 de Dezembro), Foligno (17 de Janeiro de 1187 a 9 de Fevereiro), Lodi (24 de Março), Milão (30 de Março), Asti, Casale Monferrato (6 de Abril), Foghera (8 de Abril), Borgo San Donnino (12 – 17 de Abril), Borgo Mozzano (26 de Abril), Fucecchio (29 de Abril), Poggibonsio (5 de Maio), Acquapendente (8 de Maio), Otricoli (24 de Junho), Ascoli Piceno (31 de Julho), Cesena (12 de Agosto), Ímola (16 de Agosto), Bologna (18 de Agosto), Parma (28 de Agosto), Pavia (13 de Setembro), Novara, Avigliana, Milão (2 de Novembro), Lodi (9 de Novembro), Como (17 de Novembro). (Dados extraídos de BÖHMER & BAAKEN, 1972: 08-31).

Eles viajavam lentamente: Henrique e seus cavaleiros avançavam impiedosamente onde encontrassem oposição mas, nos outros lugares eles foram ricamente recebidos e entretidos pelas comunas, príncipes leigos e eclesiásticos italianos. Paravam para participar de festivais, cerimônias religiosas e caçadas que seus anfitriões organizavam em sua homenagem, além de realizarem sessões solenes da corte e dispensarem justiça, cumprindo os deveres do *iter régio*.

Cruzaram os Alpes já no inverno de 1187 a 1188, retornando pelo passo de Septimer, estando em Koblenz (Suíça) a 2 de Fevereiro. A partir de então, Henrique e Constança inspecionaram os domínios borgonheses que ele havia herdado de sua mãe. Estavam em Toul (4 de Março) e adentraram à Germânia através da Renânia, alcançando Mainz a 27 de Março. As perambulações continuaram: Seiligenstadt (23 de Abril a 16 de Maio), voltando à França (Lyon 20 de julho; Thézillieu 23 de julho; Ambronay 27 de julho) retornando depois à Germânia. Estiveram em Erfurt (8 de Novembro), celebraram o Natal em Worms e, em 1189 estiveram em Lüttich (13 de Janeiro), Kaiserswerth, Münster (2 de Fevereiro), Andernach (8 de Fevereiro), Nannenstein (21 de Março), Estrasburgo (3 de Abril), Hagenau (14 de Abril), Vaihingen (18 de Abril), Basiléia (6 de Maio), Hagenau (15 de Julho), Würzburg (10 de Agosto), Nuremberg (24 de Agosto), Speyer (6 de Setembro), Merseburg (16 de Outubro), Eger (25 de Dezembro). (BÖHMER & BAAKEN, 1972: 31-42)

Em 1190 Wimpfen (01 Fevereiro), Frankfurt (25 de Março), Worms (4 de Abril), Frankfurt (24 de Abril), Nuremberg (13 de Maio), Regensburg (29 de Maio), Altenburg (23 de Junho), Grossenlüder oder Kleinlüder (30 de Junho), Fulda (11 de Julho), Frankfurt (17 de Julho), Kaiserslautern (28 de Agosto), Wimpfen (21 de Setembro), Schwabisch-Hall, Augsburg (29 de Setembro), Saalfeld (16 de Novembro). (BÖHMER & BAAKEN, 1972: 42-50).

Em 1191, o casal régio retornou à Itália com dois objetivos muito claros: obter a coroação imperial do Papa e ocupar o trono siciliano, que após o falecimento de Guilherme II foi dado pelos barões ítalo-normandos (liderados pelo chanceler Mateus de Aiello) ao conde Tancredo de Lecce, filho bastardo do duque Roger, filho primogênito do rei Roger II (portanto sobrinho de Constança), devido ao receio que os magnatas sicilianos tinham de que a independência do reino seria perdida para o Império. Assim, Henrique e Constança iniciaram o ano em Bolzano (6 de Janeiro) depois seguiram para Lodi (18 de Janeiro), Cremona, Bologna (11 de Fevereiro), Prato (18 de Fevereiro), Lucca (23 de Fevereiro), Pisa (26 de Fevereiro), Gênova, Siena (6 de Março), San Quirico d'Orcia (8 de Março), Montepulciano (12 Março), Cornazzano (7 Abril), Bracciano (9 de Abril), Roma (15 de Abril) para a coroação imperial, Tusculum, Subiaco, Tivoli (19 de Abril), Pantano Borghese (21 de Abril), Arce (29 de Abril), Acerra (21 de Maio) e, finalmente, iniciaram o cerco de Nápoles (a partir de 24 de Maio). (BÖHMER & BAAKEN, 1972: 50-70)



Imagem 2: Mapa representando o Sacro Império e o Reino Siciliano no reinado de Henrique VI (SCHEUCH, 2000: 31)

Em 24 de agosto, Henrique VI tendo sido afetado por uma epidemia de disenteria e tifo que devastou o exército imperial, retirou-se com o que sobrou de seu exército para a Itália Setentrional, rumo à Alemanha. Porém, Constança, que estava em Salerno aguardando a conclusão do cerco a Nápoles, foi apanhada de surpresa pela retirada emergencial de Henrique e foi atacada pelos salernitanos que, de repente, haviam passado para o lado de Tancredo de Lecce.

Constança foi levada à Sicília como prisioneira, onde passou os quatro meses seguintes sob a cuidadosa vigilância de Sibila de Acerra, esposa de Tancredo. Henrique VI se recusou a realizar qualquer negociação com Tancredo, mesmo quando incitado pelo papa Celestino III, já que quaisquer negociações inevitavelmente envolveriam a cessão dos direitos à coroa siciliana em troca da libertação de Constança. O papa resolveu assumir o papel de árbitro e rompeu o impasse ao convencer Tancredo a enviar-lhe a imperatriz.

Em janeiro de 1192 a imperatriz partiu por via marítima para Gaeta, na costa ao norte de Nápoles, acompanhada por três cardeais. Dali procederam a cavalo em direção aos domínios papais. O que aconteceu a seguir foi uma cena digna de cinema: próximo à cidade de Ceperano, Constança, os cardeais e uma pequena escolta de cavaleiros normandos encontram um grupo de cavaleiros germânicos, pertencentes à guarda imperial. Constança não hesita e se identifica, ordenando-os que a libertem dos inimigos. Dali os fiéis cavaleiros a acompanharam até Spoleto (SIMETI, 2001: 182), reduto imperial governado por Conrad de Urslingen.



Imagem 3: Constança prisioneira (Codex 120 II, Burgerbibliothek Bern, 120r, p. 135)

Retornos: à Germânia e à Sicília.

Neste momento os registros a respeito de suas viagens se tornam ainda mais nebulosos. Não sabemos quais foram os passos, ou mesmo quando foram dados, em sua viagem de retorno à Germânia. Suas atividades entre 1192 e 1194 praticamente não foram registradas. Apenas aquelas em conjunto com seu esposo, que, neste período, circulou apenas pela Germânia. Seu fracasso em conquistar a Sicília custou-lhe muito caro, tanto em termos de recursos materiais (homens e dinheiro) quanto em prestígio político.

Henrique interveio na disputada eleição do bispado de Liège, entre Alberto de Louvain (eleito canonicamente) e Alberto de Rethel (tio materno da imperatriz). Sabe-se que a Constança pressionou para favorecer a eleição de seu tio, praticamente seu último parente vivo, mas Henrique VI elegeu um terceiro candidato, frustrando as outras partes. Alberto de Louvain recorreu ao papa e acabou sendo assassinado em Rheims por cavaleiros supostamente ligados ao imperador. Este assassinato, tão semelhante ao de Thomas Becket que havia abalado a Inglaterra cerca de vinte anos antes, serviu como estopim de uma revolta generalizada contra Henrique VI: os príncipes do baixo Reno (aparentados do falecido), os arcebispos renanos (Colônia, Mainz e Trier), Henrique o Leão e o apoio financeiro de seu cunhado, Ricardo Coração de Leão, de Tancredo de Lecce e do papa Celestino III. Por outro lado, Henrique VI mobilizou os vastos recursos dos Hohenstaufen na Germânia e contava com o apoio de Felipe II Augusto da França e das comunas lombardas. Esta luta, que potencialmente poderia ter destruído a Germânia, foi evitada pelo acaso do aprisionamento de Ricardo Coração de Leão em Viena, quando retornava de sua cruzada. Com este golpe de sorte, a aliança contra Henrique VI perdeu seu principal esteio financeiro e entrou em colapso. Ademais, Henrique cobrou aos ingleses o imenso resgate de 150 mil marcos (algo como 35 toneladas de prata) para libertar seu rei.

A luta contra os rebeldes e as negociações para a libertação de Ricardo I, além das atividades itinerantes normais da corte imperial, restringiram o circuito de viagens de Constança à Germânia entre 1192 e o início de 1194. Contudo, uma paz inesperada surgiu entre fevereiro e março de 1194 com o pagamento integral do resgate de Ricardo, a morte de Tancredo de Lecce e a união entre Agnes (prima de Henrique VI) e Henrique, primogênito de Henrique o Leão que selou uma trégua entre as duas linhagens.

Imediatamente após chegar a um acordo com os rebeldes, Henrique VI e Constança partiram do castelo de Trifels a 15 de Maio e rumaram para a Itália em mais uma campanha para conquistar o reino siciliano. Alcançaram Chur, na base dos Alpes, a 22 de Maio e Chiavenna, no outro lado dos Alpes a 25 de Maio, tendo realizado a travessia em três dias. Tempo excelente, quando se considera que a rota utilizada realiza a travessia a mais de 2000 metros de altitude, passa por trilhas íngremes e escorregadias a ponto da descida só poder ser realizada a pé, num percurso total de aproximadamente 90 quilômetros. Porém, logo a seguir, as trajetórias de Henrique VI e Constança se separaram: Henrique prosseguiu para Gênova e Pisa para renovar os acordos de utilização de suas frotas e depois a todo o vapor para a invasão do reino normando, Constança permaneceu em Meda, próximo a Milão, restabelecendo seu equilíbrio após a revelação de que, aos quarenta anos de idade, finalmente estava grávida.

A jornada da imperatriz rumo à Sicília foi bem sucedida, já que Henrique VI foi afortunado em sua campanha e conseguiu conquistar o reino normando, sendo coroado em Palermo a 25 de Dezembro. Constança deu à luz, em praça pública, ao futuro imperador e rei da Sicília Frederico II em Jesi, próximo a Ancona, a 26 de Dezembro de 1194. Alguns dias depois ela amamentou o bebê, novamente em praça pública, para dirimir dúvidas a respeito de sua maternidade.

Em Fevereiro de 1195 ela, já recuperada do resguardo, prosseguiu viagem e finalmente foi coroada Rainha da Sicília em Bari, no dia dois de Abril. Como Henrique retornou à Alemanha e depois devotou-se à Cruzada, Constança permaneceu na Sicília até o seu falecimento a 27 de Novembro de 1198, tendo reinado por direito próprio e como regente do pequeno Frederico II, agindo com todas as suas forças e habilidade para garantir a continuidade de sua dinastia reinando sobre a Sicília e a Itália Meridional.

Sua última viagem, embora portentosa e cheia de significados, tanto políticos quanto pessoais, deixou pouquíssimos registros, deixando sua reconstrução como essencialmente obra de imaginação dos autores, infelizmente.

Conclusões

Na prática sabemos mais acerca do que Constança fez, politicamente, através da documentação por ela assinada, seus atos de poder (reunidos em um volume da *Monumenta Germaniae Historica*), do que dela, propriamente.

De sua aparência física, nada de concreto sabemos:

Diz-se que ela era alta, loura e bela, uma descrição que não era improvável devido à sua ancestralidade setentrional; mas, já mesmo em sua época este tipo de descrição havia se tornado um estereótipo para aqueles de sangue régio, então esta poderia ser pura convenção.

(SIMETI, 2001: 11).

Embora os artistas medievais não tenham se preocupado com o realismo na formulação das imagens, e nem “(...) esperemos portanto descobrir a fisionomia particular dessas mulheres nas efígies muito raras” (DUBY, 1995: 09-10), sabe-se que Pedro de Éboli, o autor do *Liber ad honorem Augusti*, de onde as imagens aqui utilizadas foram extraídas, era um súdito do reino sículo-normando que orbitava a corte de Henrique VI e, a se acreditar em uma de suas próprias iluminuras (139r, p. 219), teria entregue o seu manuscrito ao próprio imperador por intermédio do chanceler Conrado de Querfurt, com considerável possibilidade de haver travado contato direto também com a imperatriz Constança e assim ter incluído algo da própria em sua representação nas iluminuras.

De qualquer forma, poucas são as referências a Constança em registros contemporâneos; como já mencionado, em vários períodos em que Henrique VI não estava presente, seu paradeiro é indeterminável e, contrastando com os aparentemente cálidos relacionamentos de Frederico I & Beatriz e Felipe da Suábia & Irene, seu matrimônio não desempenhou nenhum papel em sua representação pública.

Mesmo durante cativeiro de Constança entre 1191 e 1192, Henrique pouco parece ter feito para libertá-la. Entre 1194 e 1195 ficaram separados por quase um ano (como sabemos pelo estudo de sua viagem) durante a gravidez de Frederico II, que permaneceu como seu filho

único e, ao contrário da poesia de cunho lírico-erótico de Henrique VI, preservada no *Codex Manesse*, o casamento com Constança fez de Henrique rei apenas no sentido literal, acrescentando-lhe mais uma coroa.

Conforme dito por Georges Duby: “Para nós elas serão sempre sombras indecisas, sem contorno, sem profundidade, sem relevo.” Só o que temos de Constança e de outras damas do século XII, são reflexos e sombras, mesmo daquelas cuja genealogia as colocavam em posições-chave para a continuidade ou extinção de suas dinastias.

É interessante notarmos que, aparentemente, o silêncio das fontes acerca de Constança seja um reflexo da imagem de seu esposo. Henrique VI era considerado como um homem frio e cruel, mesmo para os padrões da época, com pouquíssimos autores fazendo-lhe homenagens, ao contrário do que aconteceu com Frederico I e o que aconteceria com Frederico II. Assim, é possível que este fato tenha ajudado a obscurecer ainda mais o fluxo de informações sobre Constança.

Os túmulos em pórfiro (mármore púrpura) de Roger II, Henrique VI, Constança e Frederico II, encontram-se na catedral de Palermo e são belíssimas obras de arte, além de claríssimas representações de poder da monarquia normando-suábia sobre a Itália Meridional, com suas inspirações constantinianas e filo-bizantinas (considerando-se que a púrpura era a cor imperial oriental por excelência, além do próprio uso do pórfiro para a confecção das tumbas imperiais bizantinas). Mais uma vez, a representação do poder e não da pessoa de Constança.

Existem quatro tumbas com impressionantes esquifes de pórfiro apoiados em leões agachados, sombrios e elegantes, incongruentes com o interior neoclássico em tons pasteis que os abrigam... Mas os sicilianos não se lembram dos seus: não existem flores para Roger II, o mais brilhante dos reis normandos, ou para sua filha Constança.

(SIMETI, 2001: XI)

Referências Bibliográficas

Fontes:

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. São Paulo: Ed. 34, 1998, volume 3.

EBULO, Petrus de (edição facsimilada e tradução de KÖLZER, Theo e STÄHLI, Marlis). **Liber ad Honorem Augusti**. Sigmaringen: Thorbecke, 1994.

KÖLZER, Theo (ed.). **MGH Diplomata Regum et Imperatorum Germaniae – Constantiae Imperatricis et Reginae Siciliae**. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1990.

MONS, Gislebert de (tradução de NAPRAN, Laura). **Chronicle of Hainaut**. Woodbridge: Boydell, 2005

SAN GERMANO, Riccardo da (tradução de SPERDUTI, Giuseppe). **La Cronac.**, Cassino: Francesco Ciolfi, 1995.

Bibliografia Secundária:

ABULAFIA, David. **Frederick II – A medieval emperor**. Londres: Pimlico, 1992.

AMBROSI, Luigi (org.). **Potere, società e popolo tra età normanna ed età sveva (1189-1210)**. Bari: Dedalo, 1983.

ARNOLD, Benjamin. **German Knighthood 1050-1300**. Oxford: OUP, 1985.

BÖHMNER, Johann Friedrich & BAAKEN, Gerhard. **Regesta Imperii Abt. IV, 3 Ältere Staufer – Die Regesten des Kaiserreiches unter Heinrich VI, 1165 – 1197**. Wien-Koln-Graz: Bohlau Verlag, 1972.

CLEMENTI, Dione R. Some unnoticed aspects of the emperor Henry VI's conquest of the Norman Kingdom of Sicily, **Bulletin of the John Rylands Library**. vol. 36, 1954, pp. 328-359.

DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas no século XII**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

- FRÖHLICH, Walter. The Marriage of Henry VI and Constance of Sicily: Prelude and Consequences, **Anglo-Norman Studies**. vol. 15, 1992, pp. 99-115.
- FUHRMANN, Horst. **Germany in the high middle ages c. 1050-1200**. Cambridge: Cambridge UP, 1995.
- KÖLZER, Theo (ed.). **Die Staufer im Süden-Sizilien und das Reich**. Sigmaringen: Thorbecke, 1996.
- MATTHEW, Donald. **The Norman Kingdom of Sicily**. Cambridge: Cambridge UP, 1992.
- SCHEUCH, Manfred. **Historischer Atlas Deutschland – vom Frankenreich zur Wiedervereinigung**. Augsburg: Bechtermunz Verlag, 2000.
- SILORATA, Mario Bernabò. **Enrico VI di Svevia – Dominus mundi**. Bari: Mario Adda, 2004.
- SIMETI, Mary Taylor. **Travels with a medieval queen**. Nova Iorque: Farrar, Straus & Giroux, 2001.
- TAKAYAMA, Hiroshi, **The Administration of the Norman Kingdom of Sicily**. Leiden: Brill, 1993.
- VÁRIOS AUTORES. **Studi su Pietro da Eboli**. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1978.
- ZERBI, Piero. **Papato, impero e “respublica christiana” dal 1187 al 1198**. Milão: Università Cattolica: 1980.